

RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.580 - CE (2018/0124477-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : KIRTON SEGUROS S.A
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO E OUTRO(S) - PE019357
DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO - PE033668
ANA CAROLINA SARMENTO VIDAL MENESES - PE037623
OUTRO NOME : HSBC SEGUROS BRASIL S/A
RECORRIDO : MARIA ALICE CHAGAS DE SOUZA
RECORRIDO : ANTÔNIO ASSIS DE SOUZA
ADVOGADO : JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA E OUTRO(S) - RJ057069

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **HSBC SEGUROS BRASIL S/A**, com fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fl.218, e-STJ):

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REJEIÇÃO. ÓBITO. SINISTRO ANTERIOR À LEI 11.482/07. I - A fixação do valor da indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez permanente deve ser realizada em conformidade com a Lei 6194/74, observando que o evento danoso se dera antes da vigência da Lei nº 11.482/2007. II - A condenação da indenização vinculada ao salário mínimo constitui apenas parâmetro da base de cálculo do valor indenizatório. Ausência de incompatibilidade legal. Precedentes do STJ. III - Os juros de mora, de acordo com a SÚMULA 426 do STJ, fluem a partir da data da citação. IV - A correção monetária, de acordo com a SÚMULA 43 do STJ, deve incidir a partir da data do efetivo prejuízo. V - Agravo Regimento conhecido e não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls. 237-245, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 247-258, e-STJ), o recorrente aponta violação do art. 7º, § 2º, da Lei n. 6.194/74, 535, II do CPC/73 e 884 do CC. Sustenta, em síntese: **a)** a negativa de prestação jurisdicional; e **b)** que "a Lei nº 6.194/74 deve ser interpretada enquanto norma geral, haja vista a própria determinação no corpo da lei no sentido de que as especificidades procedimentais o devem ser estabelecidas pelo órgão administrativo" (fls. 253, e-STJ); **c)** que o não abatimento da quantia percebida pelos recorridos a título de indenização por DPVAT, acarreta enriquecimento ilícito.

Sem contrarrazões (fls. 264, e-STJ).

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 266-268, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal **não** merece prosperar.

1. No tocante à apontada violação ao artigo 535 do CPC/73, vigente à época, deve ser ressaltado que no recurso especial há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, **sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido**. Ante a deficiente fundamentação do recurso neste ponto, incide a Súmula 284 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EXPRESSAMENTE RECONHECIDOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. **1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284/STF.** 2. O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, entretanto, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 211/STJ. 3. . A questão jurídica sobre a qual o Tribunal de origem não estava obrigado a se manifestar, por não haver sido provocado a tanto em momento oportuno, não pode ensejar ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil. Além disso, se, a despeito dos embargos de declaração opostos, o Tribunal não se pronuncia sobre determinada questão, porque encontrou fundamentos diversos para o deslinde da controvérsia, inclusive de âmbito constitucional, falta o requisito do prequestionamento, incidindo, assim, a Súmula 211/STJ. Em casos tais, inexistente contradição em afastar a violação do artigo 535 do Código de Processo Civil e, ao mesmo tempo, não conhecer do mérito do recurso por ausência de prequestionamento. [...] 7. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1533238/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015).[Grifou-se]

2. No tocante à ofensa ao art. 7º, § 2º, da Lei n. 6.194/74, não assiste razão ao recorrente, ao argumentar que a apreciação conjunta da Lei n. 6.194/74 e a Resolução CNSP n. 006, induz a improcedência do pleito em razão da exclusão das categorias de veículos C e D.

Quanto ao ponto, a Corte local se pronunciou nos seguintes termos:

Ademais, imperioso salientar que não foi excluída nenhuma categoria de veículo do convênio referido pela lei nº 6.194/74 e o pagamento da indenização securitária, em caso de o evento danoso ser ocasionado por caminhão, pode, por força de lei, 03 03 como já ressaltado, ser requerido de qualquer seguradora integrante do consórcio do seguro obrigatório, ainda que anterior a lei nº 8.441/92, cuja função foi explicitar o que havia no texto soº .03 anterior da lei nº 6.194/74, sendo que Resoluções administrativas não se sobrepõem à lei.

O Superior Tribunal de Justiça, inclusive, posicionou-se favoravelmente à obrigatoriedade da cobertura quando o sinistro envolver veículos de categoria diferenciada, destacam-se os seguintes excertos:

SEGURO OBRIGATÓRIO - Responsabilidade civil - Acidente de trânsito - Trator - Apresentação de documento relativo ao veículo ou ao seguro - Desnecessidade - Pagamento devido pelo Consórcio de seguradoras, mesmo não tendo sido feito o seguro - Aplicabilidade do disposto no art. 7º da Lei 8.441/92 - Cobrança procedente - recurso provido para esse fim (...). Conforme acentuou o Acórdão recorrido, com apoio em escólio de Afrânio Lyra, a obrigação de segurar decorre da simples menção do veículo no art. 52 ou no art. 63 da Lei nº 5.108/66, independentemente de se tratar de veículo sujeito ou não ao licenciamento (cfr. fls. 130/131). (REsp. n.º 665.282 - SP 2004/0075355-6. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior. Data do julgamento: 20/11/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE PROVOCADO POR VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO. ART. 7º DA LEI Nº 6.194/74 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 8.441/92. RESOLUÇÃO DA SUSEP. 1. Não prevendo o dispositivo da lei especial de regência a exclusão de determinada categoria de veículos automotores do sistema legal de pagamento de indenização para vítimas de veículo não identificado, com seguradora também não identificada, não pode a resolução fazê-lo. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp 620178/RJ; Re. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, j em 25.10.2005, DJU 20.02.2006, p. 332).

Dessa forma, evidenciado nos autos que a parte autora sofreu acidente com veículo automotor passível de transitar em vias terrestres, de licenciamento obrigatório e com previsão de pagamento de seguro, há cobertura pelo DPVAT. (fls. 212-213, e-STJ)

Como se vê, o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual os sinistros que envolvem veículos passíveis de transitar pelas vias terrestres estão cobertos pelo DPVAT, consoante se extrai dos seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. ATROPELAMENTO ENVOLVENDO TREM. ABRANGÊNCIA DA EXPRESSÃO "VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE". HIPÓTESE QUE NÃO ENQUADRA OS VEÍCULOS QUE SE LOCOMOVEM SOBRE TRILHOS. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. RESOLUÇÃO SUSEP N. 273/2012. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Veículo automotor é

"todo veículo a motor de propulsão que circule por seus próprios meios, e que serve normalmente para o transporte viário de pessoas e coisas, ou para a tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas e coisas. O termo compreende os veículos conectados a uma linha elétrica e que não circulam sobre trilhos (ônibus elétrico)", nos termos do Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). **2. O veículo deve apresentar um motor em sua estrutura, que permite se autolocomover e circular por terra ou asfalto (via terrestre), para fins de recebimento do seguro previsto na Lei n. 6.194/1974.** 3. Dessa forma, o trem, apesar de se autolocomover por motor, necessita da utilização de trilhos, o que obsta o direito ao seguro DPVAT. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1285647/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 02/05/2016).

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LIMPEZA DO TRATOR. AMPUTAÇÃO DE MEMBRO. ACIDENTE DE TRABALHO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA NORMA LEI Nº 6.194/76. 1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração. 2. A caracterização do infortúnio como acidente de trabalho para fins de indenização previdenciária não impede, necessariamente, que esse também seja considerado como um acidente causado por veículo automotor e, portanto, coberto pelo DPVAT. **3. O seguro obrigatório (DPVAT), como cediço, é um contrato legal, de cunho social, regulamentado pela Lei n.º 6.194/74, em que o segurado é indeterminado. Ele tem por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa. Ou seja, para que o sinistro seja considerado protegido pelo seguro DPVAT é necessário que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor.** 4. Considerando que o uso comum que se dá ao veículo é a circulação em área pública, em regra, os sinistros que porventura ocorram somente serão cobertos pelo seguro obrigatório quando o acidente ocorrer com pelo menos um veículo em movimento. Entretanto, é possível imaginar hipóteses excepcionais em que o veículo parado cause danos indenizáveis. Para isso, seria necessário que o próprio veículo ou a sua carga causasse dano a seu condutor ou a um terceiro. 5. Na hipótese, o veículo automotor (trator pavimentador) foi a causa determinante do dano sofrido pelo recorrente, sendo, portanto, cabível a indenização securitária. 6. O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que ela deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento, sendo que, nos casos de invalidez parcial permanente, ela deve ser paga proporcionalmente ao grau da lesão, até o limite de 40 salários mínimos. 7. Recurso especial provido. (REsp 1245817/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2012, DJe 14/03/2012).

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA

TERRESTRE (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO. CPC, ART. 535. INOCORRÊNCIA. ACIDENTE CAUSADO POR TRATOR. COBERTURA DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 43/STJ. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I. Quando resolvidas todas as questões devolvidas ao órgão jurisdicional, o julgamento em sentido diverso do pretendido pela parte não induz nulidade.

II. Os sinistros que envolvem veículos agrícolas passíveis de transitar pelas vias terrestres estão cobertos pelo DPVAT. III. Não labora ex officio, ultra petita ou em infringência ao princípio da ne reformatio in pejus o acórdão que, nas instâncias ordinárias, disciplina a incidência dos juros moratórios e da correção monetária, independentemente de pedido específico das partes. IV. "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo" - Súmula n. 43/STJ. V. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação. VI. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. (REsp 665.282/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 15/12/2008).

Seguro obrigatório. DPVAT. Acidente provocado por veículo de transporte coletivo. Art. 7º da Lei nº 6.194/74 com a redação dada pela Lei nº 8.441/92. Resolução da SUSEP. 1. Não prevendo o dispositivo da lei especial de regência a exclusão de determinada categoria de veículos automotores do sistema legal de pagamento de indenização para vítimas de veículo não identificado, com seguradora também não identificada, não pode a resolução fazê-lo. 2. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 620.178/RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2005, DJ 20/02/2006, p. 332).

3. No tocante à tese de existência de enriquecimento ilícito, aduz a insurgente que do valor da condenação imposta deve ser abatido do valor recebido a título de indenização (DPVAT).

O Tribunal local, por sua vez, assim decidiu:

Quanto ao pedido de desconto do valor pago na via administrativa, inviável o reconhecimento, pois, ao não se desincumbir do ônus de demonstrar ter efetuado o pagamento à pessoa indicada pelos autores, legitimados ao recebimento do benefício, deve a requerida efetuar o pagamento, considerando a afirmação dos autores de que não receberam o valor, conforme determina o artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo, ou extintivo do direito do autor." (fls. 215, e-STJ)

No ponto, verifica-se que o Tribunal *a quo* pautou-se no fundamento de que o ora recorrente não se desincumbiu de provar o efetivo pagamento da indenização.

Denota-se das razões recursais que a insurgente limitou-se a refutar a necessidade de abatimento da indenização recebida, deixando de impugnar os demais fundamentos do acórdão recorrido, os quais são suficientes para manter o *decisum*, atraindo o óbice da Súmula n. 283 do STF, a saber:

Súmula n. 283 - É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REPETIÇÃO INDÉBITO. **FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO STF.** CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado. **2. O v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."** 3. A alteração da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1286261/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018). [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. **FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS.**

APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NºS 7 E 211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. 1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal. 2. Estando as razões do recurso dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal. [...] 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 312.515/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 02/09/2014) [grifou-se]

Desta forma, a existência de fundamento inatacado no acórdão recorrido faz incidir o teor da Súmula n. 283/STF, por analogia.

4. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator